

Ecoinside: “Agricultura sustentável” é muito mais do que “produtos biológicos”

14 de Setembro, 2020

Desde 2006 que a Ecoinside tem o propósito de promover o “desenvolvimento sustentável” e, para tal, a base da criação desta tecnológica passou por “inserir no léxico português” a palavra “ecoeficiência”, procurando “refletir na prática” a ideia de que era “possível e vantajoso” conciliar a “ecologia” com a “economia”. Atualmente, a empresa atua nas áreas das energias renováveis, eficiência energética e hídrica, gestão de energia, mobilidade elétrica e sustentabilidade.

A sustentabilidade é uma área que assume cada vez maior relevância em todos os setores e na agricultura também não é exceção. Contudo, **Cláudia Brites, diretora do departamento de sustentabilidade da Ecoinside**, declara à Ambiente Magazine que “agricultura sustentável” não significa apenas falar de “produtos biológicos”, mas sim de “práticas de produção” amigas do ambiente, do produtor e do consumidor. Assim, aquela que parece ser a visão desta empresa sobre “agricultura sustentável” é a de “um sistema” que “assegure a produção de alimentos de uma maneira adequada”, isto é, “tem de nutrir ecossistemas saudáveis e promover uma gestão sustentável do solo, da água e dos recursos naturais”, assegurando a “produção de alimento”. Além disso, Cláudia Brites diz que, para a agricultura ser sustentável, tem igualmente de “satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras”, através dos “seus produtos e serviços”, enquanto “assegura o lucro, saúde ambiental e equidade social e económica”.

O valor que água tem na agricultura é inigualável: “É um recurso fundamental à adequada nutrição das plantas e dos demais seres vivos que habitam o solo, à formação e diferenciação do solo e manutenção de habitats”. Assim, sendo a água um “veículo de transporte de poluentes”, a responsável considera ser crucial “garantir a (sua) aplicação de forma eficiente” e a “distribuição de forma uniforme na parcela agrícola” e apenas nas “quantidades estritamente necessárias” para que se possa “garantir o conforto hídrico das culturas e a qualidade dos produtos”. Assim, o “controlo do circuito da água” no “sistema de produção” deve ser elevado, de forma a “poupar energia” e “minimizar perdas de água e nutrientes”. Além disso, Cláudia Brites diz que devem ser valorizadas as “formas de armazenamento” ou de “retenção de água” proveniente da “precipitação natural” e os “sistemas de rega” que utilizam a águas como “veículo para a distribuição fracionada de fertilizantes”.

Aumentar a autossuficiência energética dos sistemas de produção

Questionada sobre como é que a energia pode ser distribuída e gasta sem prejudicar o planeta e reduzir os gastos de produção, a responsável afirma que os “sistemas agrícolas de produção intensiva consomem muita energia”, constituindo uma “percentagem significativa dos custos de produção”, pelo que

a sua “redução” permite o “aumento da competitividade da atividade agrícola”. E sendo a agricultura um setor económico que “gera resíduos de materiais vegetais”, a valorização destes para a “produção de energia”, bem como a “utilização de outras fontes de energias renováveis”, podem “contribuir para a autossuficiência dos sistemas de produção”, tornando-os “mais sustentáveis através da redução dos custos energéticos”.

E como aumentar a autossuficiência energética dos sistemas de produção? A responsável explica que esse aumento pode ser feito através da implementação de “sistemas integrados de cogeração” e das “fontes de energia renováveis” como a “solar, eólica, biomassa e carga hidráulica”.

Em Portugal, são vários os incentivos para potenciar uma agricultura sustentável. Cláudia Brites dá como exemplo os incentivos ligados às “políticas e financiamentos europeus”, através da forma de “subsídios diretos”, concedidos “diretamente aos agricultores” e que servem para apoiar o seu rendimento, sendo pagos no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), estando cada vez mais relacionados com as “boas práticas agrícolas” como a “Agricultura Biológica”, exemplifica. Além disso, o Pacto Ecológico Europeu (PEE) traça uma “nova estratégia de crescimento sustentável e inclusivo” para “impulsionar a economia, melhorar a saúde e a qualidade de vida das pessoas, cuidar da natureza e não deixar ninguém para trás”, refere. No centro do PEE está a “Estratégia do Prado ao Prato”, uma forma abrangente de tratar “os desafios dos sistemas alimentares sustentáveis”, garantindo “meios de subsistência sustentáveis para os produtores primários que continuam em desvantagem em termos de rendimento”.

Dentro do atual contexto da pandemia da Covid-19 e de “recessão económica”, Cláudia Brites recorda também que esta nova Estratégia realça que “todos os cidadãos e operadores de cadeias de valor” da União Europeia (UE) e noutros países “devem beneficiar de uma transição justa para um sistema alimentar sustentável justo”. Para a responsável, a Covid-19 veio trazer relevo a um “sistema alimentar sólido e resiliente”, que “funcione em todas as circunstâncias” e que seja “capaz de garantir um abastecimento suficiente de alimentos a preços acessíveis para todos os cidadãos”. Embora esta pandemia não esteja relacionada com a “segurança dos alimentos” da UE, Cláudia Brites alerta que a crise “pode pôr em risco a segurança alimentar” e os “meios de subsistência”, destacando o quão importante é a “mão de obra essencial” como os “trabalhadores do setor agroalimentar”, remata.